

# A INFLUÊNCIA DE UM POLO INDUSTRIAL NA GERAÇÃO DE EMPREGOS EM UM MUNICÍPIO: O CASO DE ANÁPOLIS-GO

Lucas Pereira Furtado<sup>1</sup>  
Ycarim Melgaço Barbosa<sup>2</sup>

## RESUMO

O município de Anápolis, situado no estado de Goiás, possui o maior polo industrial do Centro-Oeste do Brasil. Frente às constantes mudanças no mundo econômico, é importante observar variáveis relacionadas à economia regional, principalmente no que tange ao seu desenvolvimento. Este artigo teve por objetivo verificar a importância do Polo Industrial de Anápolis (DAIA) na geração de empregos. Procurou-se abordar também alguns elementos imprescindíveis para a implementação de um polo industrial, considerando estratégias, planejamentos, geopolíticas, políticas públicas e estudos técnico-científicos. Como resultado, este estudo mostrou a evolução dos indicadores socioeconômicos da região do município de Anápolis após a implementação do DAIA.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Regional; Emprego; Políticas Públicas; Polo Industrial.

## THE INFLUENCE OF AN INDUSTRIAL POLE ON EMPLOYMENT GENERATION: A CASE OF ANÁPOLIS-GO

## ABSTRACT

The city of Anápolis located in the state of Goiás, Brazil, has the largest industrial center of the Midwest of the country. In view of the Constant changes in the economic world, it is important to observe variables related to the Regional Economy, especially regarding its development. The objective of this research is to demonstrate the importance of an Industrial Pole in the job creation of a region, as well as the impact on the economic and social results, and to observe what is necessary for its implementation by analyzing strategies, planning, geopolitics, public policies and technical-scientific studies. As a result, this study shows the evolution of the socioeconomic indicators of the region of the city of Anápolis, Goiás, given by the implementation of the pole, its history of creation and the strategies involving public policies used by governments.

**Keywords:** Regional Development; Employment; Public Policy; Industrial Pole.

---

<sup>1</sup> Graduado em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Mestrando em Desenvolvimento e Planejamento Territorial pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Pós-Graduado em Gestão de Negócios, Controladoria e Finanças Corporativas pelo Instituto de Pós-Graduação de Goiás. E-mail: [lucassfurtado2202@gmail.com](mailto:lucassfurtado2202@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo. Pós-doutorado no Instituto de Economia da Unicamp. Pós-doutoral na FEA - USP, em Ribeirão Preto. Coordenador do Núcleo de Pesquisa, NUPECAM, Cambury e Professor Adjunto I, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, na graduação e pós-graduação stritu sensu (Planejamento e Desenvolvimento Territorial - MDPT). E-mail: [ycarim@gmail.com](mailto:ycarim@gmail.com)



## **1 INTRODUÇÃO**

O município de Anápolis, situado no estado de Goiás, possui o maior polo industrial do Centro-Oeste do Brasil. Entende-se que um polo industrial pode influenciar diretamente na geração de empregos em uma determinada região, contribuindo de forma positiva para a promoção de bons resultados econômicos e sociais. Frente às constantes mudanças no mundo econômico, é importante observar variáveis relacionadas à economia regional, principalmente no que tange ao seu desenvolvimento. Neste cenário, pode-se aplicar a técnica de Avaliação Pós-Ocupação (APO).

Para Lay e Reis (1994), a APO parte da ideia de que espaços postos em uso – qualquer que seja a função – devem estar em permanente avaliação do ponto de vista de seus usuários. Por meio dessa avaliação, é possível levantar informações para corrigir falhas e mensurar os pontos positivos, além de definir diretrizes para novos projetos. Nessa metodologia, gráficos e tabelas também são utilizados para evidenciar com clareza os resultados encontrados.

Com base nessas considerações, este artigo tem por objetivo verificar a importância do Polo Industrial de Anápolis na geração de empregos. Procura-se abordar também alguns elementos imprescindíveis para a implementação de um polo industrial, considerando estratégias, planejamentos, geopolíticas, políticas públicas e estudos técnico-científicos.

Conforme Romero e Ornstein (2003), as avaliações executadas em momento posterior à ocupação, permitem determinar variáveis que indiquem haver uma necessidade associada ao aumento de controle da qualidade, no que se refere à produção e ao uso do solo em áreas destinadas ao propósito de reduzir falhas no que tange ao objetivo de moradia e empregabilidade.

Para tanto, procedeu-se ao estudo bibliográfico e documental, bem como ao estudo de caso. A técnica de Avaliação Pós-Ocupação é observada também, com a finalidade de acompanhar a evolução do polo investigado, principalmente no que se refere à geração de empregos no processo de desenvolvimento socioeconômico.

## **2 SOBRE O MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS**

Anápolis possui o maior polo de indústrias do Centro-Oeste brasileiro, configurando-se, ainda, como o maior centro logístico da região. Em número de

habitantes, é o terceiro município do estado de Goiás, ficando atrás da capital, Goiânia, e do Município de Aparecida de Goiânia, conforme Tabela 1. Anápolis se encontra, atualmente, como um dos mais importantes municípios de destaque, no *ranking* de competitividade e desenvolvimento, divulgado pela Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás (SEGPLAN).

Tabela 1 – Municípios goianos mais populosos

Municípios goianos mais populosos – 2018	
Município	População (hab)
Goiânia	1.495.705
Aparecida de Goiânia	565.957
Anápolis	381.970
Rio Verde	229.651
Águas Lindas de Goiás	207.070
Luziânia	205.023
Valparaíso de Goiás	164.723
Trindade	125.328
Formosa	119.506
Novo Gama	113.679
Senador Canedo	112.224
Catalão	106.618
Itumbiara	103.652
Jataí	99.674
Planaltina	89.181

Fonte: IMB (2016).

Geograficamente, está situada no centro do estado de Goiás, localização denominada eixo Goiânia-Anápolis-Brasília, a 50 quilômetros da capital do estado e a 140 quilômetros da capital do país.

Economicamente, é a segunda maior potência de Goiás, como mostra a Tabela 2, com um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 13.301.497,00 (IMB, 2016), representando 8% do PIB do estado. A estrutura econômica do município está voltada para o comércio atacadista, a educação e para as indústrias de transformação, medicamento e automobilística. Essas indústrias se destacam pela capacidade competitiva nacional e internacional, além de aplicar constantes inovações

tecnológicas voltadas para a produção, a fim de gerar valor agregado aos produtos, tornando-os mais viáveis economicamente e mais atrativos aos investidores.

Diversas oportunidades de negócios são promovidas pelo município, fazendo com que a região se torne um centro comercial-industrial e possibilitando movimentações financeiras; conseqüentemente, a geração de riquezas.

Tabela 2 – Maiores economias municipais – Goiás

<b>Maiores Economias Municipais - Goiás - 2015</b>	
Município	Valor do PIB (R\$ milhões)
Goiânia	46.632.596
Anápolis	13.301.497
Aparecida de Goiânia	11.518.675
Rio Verde	8.078.600
Catalão	5.679.221
Itumbiara	3.971.950
Jataí	3.842.145
Luziânia	3.353.547
São Simão	3.106.227
Senador Canedo	2.685.910
<b>Total dos Municípios</b>	<b>102.172.383</b>
<b>Participação no estado (%)</b>	<b>58,84</b>
<b>Estado de Goiás</b>	<b>173.631.663</b>

Fonte: IMB (2016).

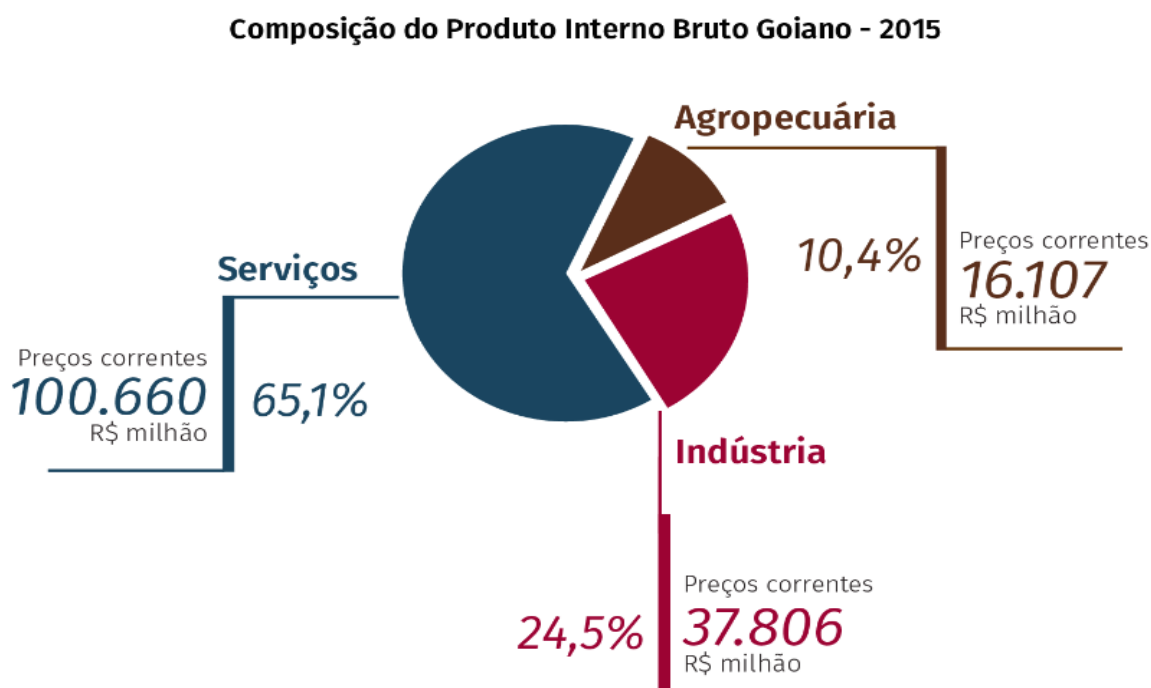
O setor industrial é a segunda potência econômica em Goiás, ficando atrás somente do setor de serviços. Neste contexto, importa mencionar Anápolis, que concentra mais de 20% das indústrias do estado (IMB, 2016), o que contribui para que o município seja competitivo economicamente, estando entre os 50 maiores da indústria nacional.

Assim como as demais potências econômicas do mundo, o Brasil ampara-se em três principais pilares, quais sejam: o setor industrial, que compreende cerca de 25% do PIB do país; o setor agrícola; e o setor terciário, que engloba o setor de serviços e o comércio. Portanto, se o setor industrial não vai bem, há reflexos diretos na economia. Aproximadamente 15% dos brasileiros economicamente ativos

trabalham em indústrias. O número de trabalhadores nesse setor é menor apenas do que no setor do agronegócio (IMB, 2016).

Desse modo, as indústrias são responsáveis por um número significativo de empregos gerados, bem como pelo avanço econômico – como apresentado na Figura 1, haja vista que a produção industrial também é considerada um dos mais importantes alicerces da evolução da sociedade em diversos países desenvolvidos.

Figura 1 – Composição do Produto Interno Bruto Goiano



Fonte: IMB (2016).

Anápolis consolidou-se como polo industrial com o surgimento do Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA), em 1976. Em 2010, foi apontada pela revista *Veja* como uma das 20 cidades brasileiras do futuro, em função de seu potencial logístico (PREFEITURA DE ANÁPOLIS, 2011).

O DAIA é, atualmente, o maior polo industrial do Centro-Oeste do país. Nesse polo, destacam-se as indústrias farmacêuticas, que formam o maior parque farmoquímico em produção de medicamentos genéricos da América Latina. O DAIA conta com uma grande variedade de segmentos e serviços, incluindo indústrias alimentícias, têxtil, automobilística, de adubos, de materiais para construção, além de

possuir um porto seco – referência em logística da região –, em uma área de 593 hectares; por conseguinte, referência também em infraestrutura.

### **3 POLÍTICAS PÚBLICAS E O DAIA**

O fase determinante e de maior expressividade para impulsionar o desenvolvimento econômico e social do município de Anápolis, ocorreu na década de 1980, fase relevante no processo de instituição de programas de incentivos fiscais, em que o Governo de Goiás também concedeu crédito de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), para as indústrias que se alojassem em Goiás (PREFEITURA DE ANÁPOLIS, 2011).

O DAIA conseguiu se consolidar como a principal potência local/regional, no que se refere a um polo industrial goiano, quando se considerar suas condições logística com fácil escoamento da produção, aspectos de infraestrutura e localização. No mesmo sentido, conta com importantes incentivos, inclusive com renúncias fiscais, além de incorporar acordos políticos entre município e estado, favorecendo o desenvolvimento local, em seus mais diversos contextos. Todo esse processo passou, e continua a passar nos dias atuais, por várias reformulações, adequando-se às constantes mudanças na economia (PREFEITURA DE ANÁPOLIS, 2011).

A observação do desenvolvimento contínuo do DAIA, caracteriza-se a partir da identificação de ações envolvendo políticas públicas, como a destinada à localização do quilômetro zero (Km-00) da Ferrovia Norte-Sul, da Plataforma Multimodal, bem como por meio da implementação e manutenção do Porto Seco (Estação Aduaneira do Interior – EADI).

Destaca-se, ainda, a importância da qualidade da infraestrutura deste cenário, englobando parcerias e acordos entre entes do Governo, nas três esferas: Federal, Estadual e Municipal, como por exemplo, nos casos das agências bancárias, da central telefônica (DDD/DDI), de sistema de captação e tratamento de água em grande porte (comportando mais de 590.000 metros cúbicos), assim como de sistema exclusivo de energia elétrica (PREFEITURA DE ANÁPOLIS, 2011).

Toda essa infraestrutura, aliada a incentivos fiscais, logística e localidade, consiste em um atrativo às empresas, que contam com um todo um suporte para se instalarem no município.

Nesta ótica, Carleial (2012), ponderam que é central, a discussão envolvendo Estado, políticas públicas e desenvolvimento, independentemente do ângulo de análise dos fatores, ou das perspectivas e lugares do mundo implicados na respectiva consideração. Trata-se de uma relação que precisa ser percebida com ênfase em uma avaliação histórica e institucional, de modo a permitir um concreto acompanhamento dos avanços e recuos inerentes a cada situação.

As políticas públicas devem corresponder a direitos assegurados na Constituição, pois são conjuntos de planos, ações e decisões tomadas pelos governos de qualquer instância, com participação, direta ou indireta, de empresas públicas ou privadas, e têm por objetivo promover direitos de cidadania para a sociedade em segmentos sociais, culturais, étnicos e econômicos.

As políticas públicas se subdividem entre políticas de Estado e políticas de Governo. Isso porque, no caso da primeira, encontra-se respaldo em preceitos constitucionais, independentemente de serem de interesse de Governo ou de governante, incorporando toda política que deva, necessariamente, ser efetivada. Por outro lado, no caso das políticas de Governo, ocorre uma espécie de alternância de poder, onde cada ente governamental apresenta projetos próprios, a fim de que sejam transformados, efetivamente, em políticas públicas (POLITIZE, 2016).

A eficiência de uma política de Governo parte de uma administração pública eficiente. Para Bobbio (1997), filósofo político italiano, a administração pública pode ser entendida como o conjunto de atividades que sejam destinadas de forma direta, à execução precisa das tarefas ou obrigações consideradas de interesse público ou comum, numa sociedade ou numa organização estatal.

Ou seja, no contexto do dinamismo, a administração pública apresenta uma noção equivalente a incorporação de uma grande diversidade de atos destinados à coletividade, em que são assimiladas as atividades de Governo, no que concerne aos poderes de decisão e de autoridade, bem como ao apoio direto ao exercício do Governo. Por outro lado, a administração pública também é concernente aos empreendimentos focados na conquista de objetivos populares, estabelecidos juridicamente ou a partir de atos de Governo, contendo normas claras, quanto às atividades econômicas e sociais, em ações focadas na democracia.

Nas palavras de Bobbio (1997, p. 30):

[...] o único modo de se chegar a um acordo quando se fala de democracia, entendida como contraposta a todas as formas de governo autocrático, é o de considerá-la caracterizada por um conjunto de regras (primárias ou fundamentais) que estabelecem quem está autorizado a tomar as decisões coletivas e com quais procedimentos. Todo grupo social está obrigado a tomar decisões vinculatórias para todos os seus membros com o objetivo de prover a própria sobrevivência, tanto interna como externamente. Mas até mesmo as decisões de grupo são tomadas por indivíduos (o grupo como tal não decide). Por isto, para que uma decisão tomada por indivíduos (um, poucos, muitos, todos) possa ser aceita como decisão coletiva é preciso que seja tomada com base em regras (não importa se escritas ou consuetudinárias) que estabeleçam quais são os indivíduos autorizados a tomar as decisões vinculatórias para todos os membros do grupo, e à base de quais procedimentos.

Com base nas considerações do filósofo político italiano, pode-se afirmar que o procedimento para a fundação do DAIA contou com uma complexa rede de articulações.

No ano de 1975, Falluh se tornou diretor administrativo do polo, quando implantou a infraestrutura do DAIA, ao dirigir a Companhia de Distritos Industriais de Goiás, se tornando conhecido como o 'Pai do DAIA', devido à sua luta pela industrialização no município, destacando a percepção de que "Anápolis é uma região central que liga o Brasil. O DAIA é o trevo do Brasil e pode-se dizer que o desenvolvimento econômico de Anápolis é antes e depois do DAIA" (FALLUH apud SANTOS, 2017, p. 205).

Ainda de acordo com o entendimento de Falluh, tem-se que a convergência de interesses políticos foi o principal fator para a criação desse Distrito. Assim, em 9 de novembro de 1976, o então presidente Ernesto Geisel inaugurou o Distrito Agroindustrial de Anápolis, tornando a respectiva data um marco expressivo para a era industrial (apud SANTOS, 2017).

Naquele período, constatava-se um crescimento significativo de Goiânia e Brasília, que levaram ao processo de estagnação da economia para o município de Anápolis, que vivia à época, sem grandes perspectivas para seu próprio desenvolvimento.

Houve uma denúncia do jornal Correio Braziliense, de que o então governador do Distrito Federal, Elmo Serejo Farias, pretendia criar na capital do país, Brasília, um polo industrial, o que, por sua vez, contrariava os interesses já expressados pelo



presidente Ernesto Geisel, onde pretendia-se garantir a preservação de Brasília no sentido de mantê-la especialmente como centro administrativo (FALLUH apud SANTOS, 2017).

A implementação efetiva do projeto do DAIA em Anápolis, recebeu apoio do Governo Federal, sendo que a partir da inauguração do referido polo industrial no município, vários líderes de governo, como Sultan Falluh, estabeleceram parcerias importantes, gerando frutos para o início do processo de industrialização local, indo de encontro ao anterior estigma de Anápolis, conhecida até então, como cidade dormitório localizada à beira da estrada.

Sobre um pouco da história da implementação do DAIA, Falluh (apud SANTOS, 2017, p. 205) diz que:

Foi Irapuan [Costa Júnior] que viabilizou o projeto. Desde quando foi prefeito, com a intervenção em 1973, ele abraçou a ideia [...]. Depois, quando foi nomeado Governador, Irapuan me convidou fazer parte do Governo e o projeto do DAIA teve seu apoio. Tivemos uma reunião particular com o Presidente Geisel para falar do projeto Industrial de Goiás e do DAIA. [...] uma comissão federal veio a Anápolis e aprovou a área para construção da infraestrutura do DAIA.

Para o autor acima citado, da implementação do DAIA, efetivamente, participaram o Presidente da República à época, Ernesto Geisel, o Governador de Goiás, Leonino Ramos Caiado, o Prefeito de Anápolis, Irapuan Costa Júnior, e toda a classe empresarial do município, representada pela Associação Comercial e Industrial de Anápolis (ACIA). Essa implementação foi marcada por políticas, cujos atos estratégicos baseavam-se no tripé: segurança, desenvolvimento e conhecimento, tendo como foco a ampliação do marco do desenvolvimento no país.

Considerando-se o destaque assumido pelo município de Anápolis desde os anos de 1960, implicado em seu papel de grande expressividade no processo de desenvolvimento do estado, em relação à economia, nota-se que a localidade, a partir de então, figurava como uma das cidades de maior relevância, no que concerne ao progresso econômicos gerados no estado de Goiás.

Santos (2017), ainda apontam que, em âmbito regional e local, foi estratégica a escolha de Anápolis para implementação inicial das políticas de industrialização no cenário de Goiás, a partir da implementação do DAIA. Foi necessária a avaliação de diversos fatores, anteriormente à implementação do DAIA, com destaque para a

realidade vivenciada no período, no que se refere ao contexto político, além do interesse do governo local e dos esforços das classes mais influentes. Da mesma forma, o aspecto da geolocalização também foi considerado, bem como a economia do município em âmbito regional.

No tocante às questões político-econômicas no país, à época, o Governo Militar objetivava efetivar o tripé básico dessa política – como citado anteriormente. Esse tripé fazia parte das ações definidas pelo Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I-PND), que teve sua vigência de 1972 a 1974. A Base Aérea de Anápolis, construída em 1969, foi fruto do fator segurança. Levou-se em consideração a localização estratégica do município, localizado no centro do país e próximo ao Distrito Federal, fazendo da região uma área de segurança nacional (MENESES, 2009).

Com relação ao fator desenvolvimento, Meneses (2009) ainda evidencia que o estado de Goiás foi marcado pela política de industrialização, a partir da implementação de distritos industriais, também acordados no I-PND. Diante disto, ressalta-se que a criação do DAIA se tornou um marco para a aceleração do desenvolvimento do município e da região.

A política de industrialização, por meio dos distritos industriais estrategicamente localizados no território goiano, buscava concretizar as oportunidades latentes de cada município. Visava-se, com isso, aumentar o nível geral de produtividade da economia oriunda do melhor aproveitamento e da transformação das matérias-primas, da qualificação e do aperfeiçoamento da mão de obra e geração de emprego, minimizando, assim, o êxodo rural para os grandes centros, como Anápolis, Goiânia e Brasília. Isso, de um modo geral, melhoraria os níveis de renda e de vida da população do estado (CASTRO, 2004, p. 26).

Acerca do último elemento do tripé, o conhecimento, Castro (2004), entende que foi viabilizada a implementação de inovações tecnológicas, desde então, inovações estas que permanecem gerando diversas oportunidades nos dias atuais, no contexto de fortalecer o incremento quantitativo e qualitativo da capacidade produtiva local, a exemplo das políticas públicas destinadas ao setor industrial e aos investimentos do poder estatal, quanto aos aspectos de infraestrutura, visando otimizar a atratividade para novos investidores.

Com a viabilidade de aumento da respectiva capacidade produtiva, decorrente de processos implicados nas inovações tecnológicas, biogenéticas e bioeconômicas, também são geradas novas oportunidade, com possibilidade de firmar acordos

multilaterais, determinando, com isso, maior facilidade de acesso para o comércio dos produtos industrializados em Anápolis e arredores.

Quando se pensa no desenvolvimento, na manutenção e nos atrativos do DAIA, deve-se considerar como uma das principais estratégias de Governo a implementação do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO), que, até então, repassara 29% dos recursos do estado para aplicação em infraestrutura e financiamento e viabilização de projetos de atividades industriais.

Outros recursos de créditos, tais como do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e incentivos da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), também se consolidaram como políticas públicas responsáveis pelo sucesso da formação e do crescimento do polo industrial. Ademais, cita-se que o Programa de Incentivos Fiscais, o Fomentar, que concedeu – e ainda concede – crédito de ICMS às indústrias que se instalam no DAIA (GOIÁS, 2018).

Acerca da concessão de crédito, Mora (2015) observa que a sua dimensão aumentou substancialmente no Brasil nos últimos anos. Em 2002, observava-se que o crédito correspondia a 26% do PIB; e, em 2010, atingiu o patamar de 45%. Entretanto, se comparado a outros países, a dimensão do crédito no Brasil é relativamente pequena. O aumento foi absorvido por pessoas físicas e jurídicas, sendo que as primeiras possuem a maior parte do incremento.

Gonçalves et al. (2014) procederam a um estudo, baseado na experiência, que apresenta afinidades entre o uso do crédito e o crescimento econômico. Os autores mostram que o papel do crédito como fator acelerador ou restritivo do crescimento econômico já era estudado por Keynes, que assegurava que o crédito gera impacto na acumulação do capital, distribuição de renda e inovação, além de influenciar as expectativas dos investidores.

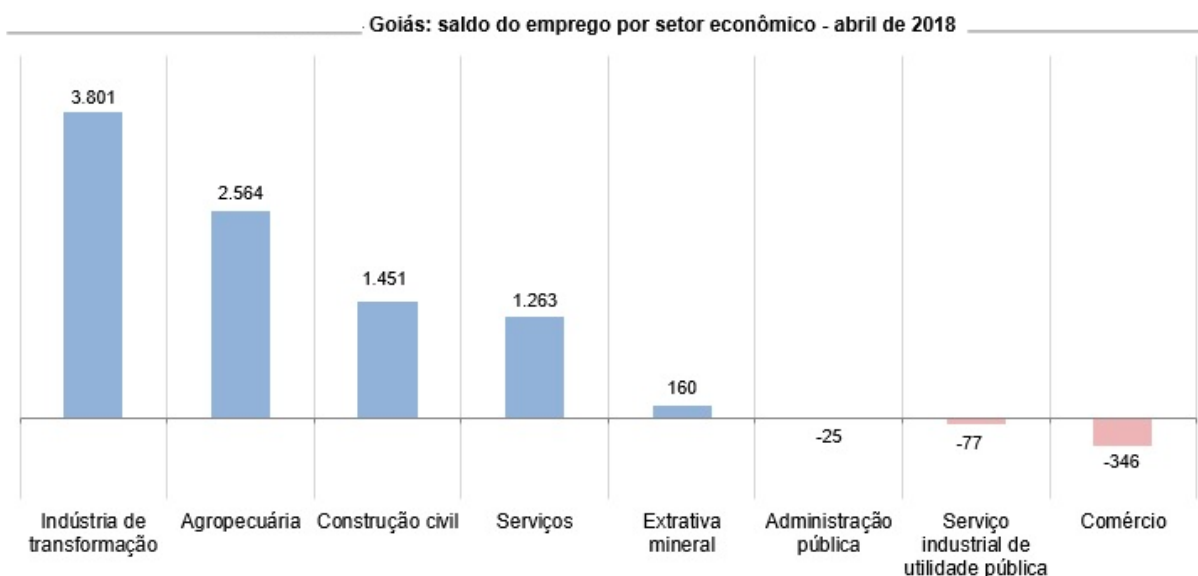
#### **4 EMPREGABILIDADE E ECONOMIA**

O mercado de trabalho formal vem se expandindo constantemente no estado de Goiás, e Anápolis é impactada por essa expansão, sendo que o setor industrial desse município é um dos principais responsáveis por esse crescimento.

Com relação à geração de emprego, constata-se que, até o mês de abril do ano de 2018 o estado de Goiás computou 53.603 admissões, sendo esse saldo positivo,

segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho (IMB, 2018), conforme Figura 2.

Figura 2 – Saldo de emprego por setor econômico



Fonte: IMB (2018).

De acordo com o CAGED/TEM, em publicações do resultado do número de empregos acumulado até o mês de abril de 2018, 10 municípios goianos estavam entre os 100 municípios do país que mais geraram empregos com carteiras registradas, com destaque para Goiânia, Cristalina e Anápolis, que geraram 3.138, 2.104 e 1.568 empregos, respectivamente (IMB, 2018).

Outro fator a ser considerado, é a relevância do setor econômico na geração de empregos. O *ranking* apresentado na Tabela 3 mostra que a indústria de transformação foi a que mais gerou emprego, em termos de municípios, nesse período.

Tabela 3 – Número de empregados admitidos e desligados

Grandes setores	Admitidos	Desligados	Saldo
Indústria de Transformação	13.050	13.929	-879
Serviços	12.826	12.725	101
Comércio	11.646	11.919	-273
Construção Civil	3.469	4.222	-753
Agropecuária, Silvicultura e Pesca	430	443	-13
Serviços Ind. de Utilidade Pública	213	226	-13
Extrativa Mineral	14	16	-2
<b>Total</b>	<b>41.648</b>	<b>43.480</b>	<b>-1.832</b>

Fonte: IMB (2016).

Nota-se que esse resultado impacta diretamente a composição de renda da cidade, uma vez que o setor da indústria movimenta o maior número de empregados e, além disso, possui o maior PIB, como mostra a Tabela 4.

Tabela 4 – Produto Interno Bruto ranking estadual

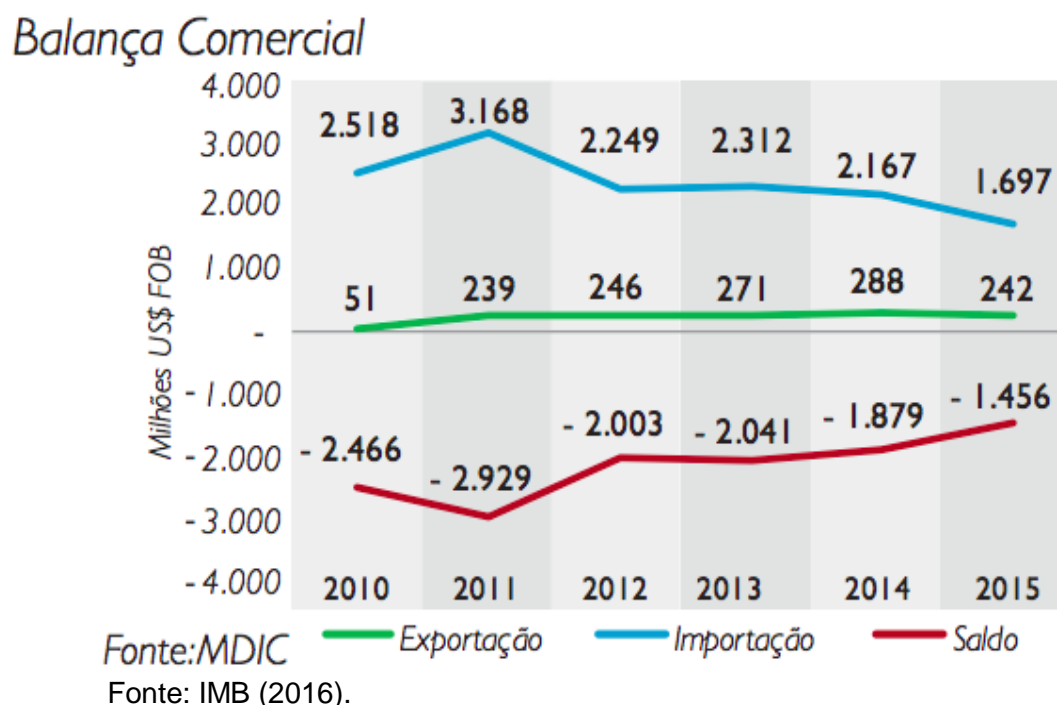
*Produto Interno Bruto (R\$ mil), participação e posição no ranking estadual – 2010 e 2013*

Variáveis	2010			2013		
	Valor	Part.	Rank	Valor	Part.	Rank
PIB Total	11.141.523	10,4%	2º	12.041.451	8,0%	2º
Indústria	3.952.322	15,0%	2º	3.927.806	11,4%	2º
Serviços	4.097.489	7,3%	2º	5.725.205	6,9%	3º
Agropecuária	27.269	0,3%	91º	55.243	0,3%	172º
PIB <i>percapita</i>	33.255		14º	33.692		29º

Fonte: IMB (2016).

Com relação à balança comercial, o município de Anápolis tem grande participação no fluxo com o comércio exterior, principalmente no que diz respeito a importações, pois as indústrias automobilísticas e farmacêuticas utilizam diversas matérias-primas provenientes de outros países. As exportações ocorrem em menor volume se comparadas às importações, como é possível observar na Figura 3.

Figura 3 – Balança Comercial



Com base nessas informações sobre Anápolis, que mostram a força e a importância que o setor industrial tem no município, e, ao analisar o comportamento econômico do país nos últimos anos, verifica-se que o número de empregos gerados aumentou, mesmo com o índice negativo em 2015. Paralelamente à quantidade de empregos gerada, a qualidade também avança. A renda média no setor industrial do município é de aproximadamente R\$ 2.106,08 (dois mil cento e seis reais e oito centavos), renda que se encontra acima da média do estado de Goiás (IMB, 2016).

Por fim, outro fator a ser destacado nesse cenário é a mobilidade pendular, em que cerca de 11 mil pessoas deslocam-se de outras cidades para Anápolis diariamente, seja para estudo, seja para trabalho (IMB, 2016). Isso significa que o município pode ser visto como um lugar central, conceito a ser discutido na próxima seção.

## 5 POLARIZAÇÃO REGIONAL

Lugar central remete à ideia de localização de atividades econômicas concentradas e com facilidades para transporte e logística, objetivando atender aos interesses próprios por meio do utilitarismo: máximo de prazer com o mínimo de dor e máximo de ganho com o mínimo de custo (CHRISTALLER, 1966).

Clemente e Higachi (2000), levantam o questionamento sobre a resposta do 'porquê' de as empresas se localizarem onde estão e quais os fatores determinantes para as decisões na escolha do lugar, o que pode ser observado por meio de aglomerações e economias de custos. Christaller (1966), nesta ótica, busca identificar as leis que determinam os números, os tamanhos e as distribuições das cidades, entendidas como 'lugares centrais' que distribuem bens e serviços para a região e em seu entorno, buscando uma explicação geral e dedutiva para os fatos, e não em cima, a priori, de uma descrição da realidade.

Esse tipo de pesquisa, dedutiva, observa a otimização dos lugares por meio do mínimo de distância que o consumidor deva percorrer para obter os bens e serviços, sendo que comércios e serviços, de uma forma geral, maximizam suas vendas e seus lucros quando servem a uma área com a população adequada. Com base nessas considerações, pode-se afirmar que lugar central diz respeito a um lugar de mercado contendo vantagens econômicas e alto nível de influência.

Conforme Lösch (1954), encontram-se no lugar central: comércios varejistas e atacadistas, bancos, recreação, descanso, serviços médicos, religiosos e culturais. O autor destaca que é importante ressaltar os dois limiares conceituais para a definição de lugar central: o de procura e o de alcance do bem, em que envolve a economia de escala e a procura por habitantes.

Há uma relação da teoria da localização com o equilíbrio econômico no espaço, onde é determinada a área de mercado, envolvendo ramos de atividades. A curva de demanda considera apenas preço e quantidade demandada, mas não considera o espaço. Por isso, o surgimento do "Cone da Procura de Lösch", em que se obtém, por meio da curva de demanda, uma área, um diâmetro, onde são delimitados o alcance de um bem e a distância máxima que o consumidor está disposto a percorrer para adquiri-lo (LÖSCH, 1954).

Perroux (1978) define que o espaço econômico é, ao mesmo tempo, matemático e geográfico, material e humano, podendo ser esse espaço observado sob três ângulos, a saber: homogêneo, plano e polarizado. O espaço homogêneo é marcado por características comuns; o plano é analisado sob o ponto de vista das decisões; e o polarizado, sob o ponto de vista funcional, onde são delimitados polos com sua área de influência. Contudo, tem-se que:

[...] o crescimento não acontece em todos os lugares ao mesmo tempo; ele se manifesta em pontos ou polos de crescimento, com intensidades variáveis e ele se difunde por diversos canais e com efeitos terminais variáveis pelo conjunto da economia (PERROUX, 1978, p. 100).

Para Myrdal (1957), não existe tendência à estabilização automática no sistema social, quando abordado o tema de crescimento em detrimento da desigualdade social. Com base nessas considerações, nota-se que há uma relação entre a teoria do lugar central de Christaller e as teorias de crescimento polarizado, em que se observa a relação entre otimização do espaço e promoção de desenvolvimento local.

Diversas teorias de desenvolvimento local por meio da polarização podem ser observadas. No entanto, é importante considerar a possibilidade de transmissão do desenvolvimento para as denominadas 'regiões atrasadas' (PAELINCK, 1977).

Hirschman (1958) assevera que o desenvolvimento pode ser transmitido de uma região para outra, e que isso pode ocorrer pelo fato de o crescimento local oferecer uma condição inevitável de desigualdades inter-regionais. Portanto, compreende-se que o desenvolvimento é desequilibrado e o que vai determinar o avanço de uma região são as vantagens locacionais.

Acerca da otimização da alocação dos fatores de produção, que são escassos, a Ciência Econômica diz que a região que obtiver vantagens comparativas e competitivas irá se beneficiar com o desenvolvimento. Para o desenvolvimento daquelas regiões que não possuem tais vantagens, verifica-se que o crescimento polarizado pode provocar pressões, tensões e coerções.

Independentemente do tamanho da relevância preferencial dos agentes econômicos por determinada região, tendo em vista o seu desenvolvimento, sempre haverá movimentos de forças que atuarão nas regiões restantes. Dessa forma, uma das principais vantagens competitivas para o desenvolvimento de uma região são as políticas públicas; mais especificamente, a distribuição regional de investimentos públicos (FIANI, 2011).

Para Gremaud (2010), os investimentos públicos podem ocorrer por meio de incentivos fiscais, tributários e subsidiários ou mediante alocação de infraestrutura e logística para determinada região. Isso contribui para o desenvolvimento de regiões menos favorecidas. Todavia, além de investimentos públicos, fazem-se necessários os investimentos privados, que ocorrem, comumente, depois dos investimentos públicos, como forma de auxílio e manutenção do desenvolvimento.



Com o aparecimento de investimentos da iniciativa privada, os investimentos do setor público tendem a diminuir. A mudança na composição dos investimentos é observada no capital social básico. Verifica-se, portanto, a importância da promoção de desenvolvimento, por parte das regiões mais favorecidas, em regiões menos favorecidas, evitando, dessa forma, o ‘separatismo’, sendo esse um aspecto negativo para o desenvolvimento geral (POLITIZE, 2016). No contexto brasileiro, o BNDES tem a missão de “promover o desenvolvimento sustentável e competitivo da economia brasileira, com a geração de emprego e redução das desigualdades sociais e regionais” (BNDES, 2017).

Para isso, como salientam Saes e Saes (2013), o apoio aos ‘potenciais econômicos’ é essencial. Esses incentivos analisam o desempenho das regiões por meio de linhas de financiamentos exclusivas para empresas. Muitos resultados evidenciam um importante crescimento no apoio aos negócios regionais, em especial os de menor porte, e uma evolução na participação das aquisições de fatores de produção e de bens e serviços locais, fator essencial para a preservação e o estímulo do dinamismo dentro da região e da valorização dos fornecedores locais como opção de compra.

A expansão dos serviços de capacitação e inovação, com foco no aumento de produtividade e na melhoria de gestão das empresas, e o acesso ao crédito por empresas sintetizam alguns dos projetos de desenvolvimento e geração de emprego.

Ainda acerca do desenvolvimento e do crescimento econômico, Paelinck (1977) trata o problema de escassez de recursos como a principal razão de desaceleração do crescimento. No contexto atual, sendo o recurso financeiro o mais relevante, ações de incentivos de acesso ao capital consistem numa das ferramentas mais eficazes para impedir a desaceleração do desenvolvimento, a fim de promover cada vez mais o crescimento econômico, a geração de empregos e, conseqüentemente, o desenvolvimento de determinada região.

Paelinck (1977) afirma ainda que é necessário, além do acesso aos recursos, que a região desenvolva uma “dinâmica econômica”, a fim de se aplicar os conceitos de desenvolvimento polarizado. Nesse caso, observar os recursos potenciais não explorados é relevante para o desenvolvimento, bem como a orientação das estruturas industriais locais. Essas perspectivas devem ser alimentadas por meio de políticas públicas locais bem definidas e planejadas.

Por fim, o desenvolvimento regional pode ser visto de uma perspectiva em que uma potencial vantagem comparativa e competitiva contribui para o processo produtivo e econômico. Ratificando: para isso há a necessidade de políticas públicas planejadas, organizadas e orientadas, a fim de acelerar e potencializar esse desenvolvimento.

Cumpra analisar, ainda, como se dá o processo de geração de empregos no município de Anápolis, constatando a possível interferência das novas oportunidades trazidas para a região, a partir da implantação do DAIA, visando constatar variáveis influentes que permitiram otimizar os processos de contratação, com o aumento de vagas com o desenvolvimento e crescimento industrial.

## **6 GERAÇÃO DE EMPREGOS EM ANÁPOLIS**

Fontana e Mesquita Neto (2018), observam que, em meados da década de 1990, em decorrência das estratégias criadas pelo Mercosul, a quantidade de postos de trabalho aumentou no Brasil. Apesar disto, com os constantes entraves advindos da época da Revolução Industrial, a composição dos índices de empregabilidade na indústria foi sendo alterada de forma contínua, com um contexto de instabilidade para variados setores no mercado de trabalho em nível nacional.

Ocorreu, então, o denominado processo de êxodo rural, fazendo com que muitas famílias se mudassem das áreas rurais para as cidades, em busca de trabalho e melhores oportunidades de vida, o que influenciou na condição de reestruturação do processo produtivo, desde a década de 1990, até os dias de hoje, em um formato progressivo e contínuo de inserção destas pessoas no mercado trabalho, especialmente no que se refere ao setor industrial, provocando um efetivo inchaço na economia do país (LAZZARESCHI, 2018).

Sendo assim, no contexto evolutivo do cenário nacional, como destacado por Araújo e Moraes (2017), constata-se que o processo de reestruturação produtiva foi essencial na reorganização das vagas de trabalho, devido à incorporação de novos processos produtivos que impactaram na melhoria da flexibilidade de configuração do emprego em tempos atuais, com influência marcante na composição do novo perfil do trabalhador.

Portanto, a temática da geração de empregos se associa diretamente à abertura comercial nos espaços, podendo contribuir para o aumento ou a redução de

fatores implicados na composição de renda local e, por consequência, se relacionando com a competitividade por uma vaga nas empresas. No caso de Anápolis não é diferente, uma vez que a partir da implantação do DAIA naquele cenário, os aspectos de competitividade envolvidos na área da indústria, se fortaleceram significativamente (LONGHI et al., 2015).

Especificamente sobre o desenvolvimento e geração de empregos em Anápolis, uma pesquisa apontou que:

O último levantamento realizado pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) mostrou que Anápolis ocupa o 3º lugar no ranking de cidades que mais geram novos empregos em Goiás. Ao todo foram 1.314 vagas ocupadas nos cinco primeiros meses de 2019. O município fica atrás apenas de Goiânia, que registrou 3.028; e Cristalina, com 1.642 (VENTURA, 2019, p. 1).

A instalação de diversas novas indústrias na região do polo industrial de Anápolis, contribuiu para gerar postos de trabalho em inúmeras áreas de atuação, permitindo a recolocação de muitos profissionais no mercado formal, além de ter sido um grande incremento no processo de crescimento e desenvolvimento para o município, entornos e para o estado de Goiás, de um modo geral.

Isto porque, grandes empresas deram oportunidades aos profissionais locais, o que contribuiu para a redução dos índices de desemprego local e global, considerando-se que trabalhadores de outros municípios circunvizinhos também tiveram chances de se firmar em empregos em empresas atuantes naquele polo, elevando as perspectivas produtivas, socioeconômicas e políticas para Anápolis, com a contratação de mão de obra.

Conforme Ventura (2019), entre os anos de 2017 e 2019, o município de Anápolis, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Trabalho, Emprego e Renda, na gestão do então prefeito, Roberto Naves, ofertou cursos para o preparo profissional de trabalhadores, promovendo meios para qualificar um total de 6.715 pessoas para seu ingresso ou permanência no mercado de trabalho.

Ainda de acordo com dados do Caged, Silva (2019, p. 1), ressaltaram que, em um período de 10 meses, alguns municípios se destacaram no ranking de geração de empregos no estado de Goiás, com os seguintes resultados: “Goiânia (7.031), Rio Verde (2.552), Anápolis (2.339), Cristalina (2.293), Aparecida de Goiânia (1.893), Goianésia (1.527), Jataí (1.142), Catalão (865), Quirinópolis (862) e Itaberaí (842)”.

É relevante salientar que as mudanças no mercado de trabalho do município de Anápolis são contínuas, recebendo interferência não apenas de fatores relacionados à economia nacional e regional, mas, além disso, sendo influenciada pela nova camada social e pela implantação de novas empresas nos arredores e no próprio polo industrial, que está em processo de expansão, atualmente (BARBOSA, 2019).

Apenas no mês de maio de 2019, por exemplo, conforme dados publicados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), um total de 193 novos empregos foram gerados pelo município de Anápolis, sendo este quantitativo significativamente maior que as vagas de emprego geradas na capital do estado – Goiânia, que correspondeu a um total de 31 novas vagas, assim como superior ao município de Aparecida de Goiânia, com um índice negativo de -23 vagas para a região (PREFEITURA DE ANÁPOLIS, 2019).

De acordo com Barbosa (2019), a criação de novas políticas públicas de incentivo à geração de renda e empregos, no que concerne ao município de Anápolis e ao DAIA, de forma mais específica, é imprescindível para permitir que as forças de trabalho locais se estabeleçam na região, gerando o capital humano necessário para que se promova um efetivo crescimento e desenvolvimento estrutural naquele espaço, ao passo que é indispensável que o governo municipal também invista em ações de incentivo fiscal para as empresas permaneçam por mais tempo em atividade, investindo em capacitação profissional de mão de obra local, por exemplo.

Isto quer dizer que os investimentos em trabalhadores da própria região, fortalecerá os níveis de desenvolvimento das famílias, que passarão a aplicar seus salários em compras dentro do próprio município, contribuindo para o incremento da renda per capita e dos índices de Produto Interno Bruto (PIB). Ou seja, o crescimento econômico de Anápolis poderá ser otimizado, com a influência da produtividade e do capital humano ali existente, estabelecendo-se, assim, em um processo de desenvolvimento econômico e produtivo continuado.

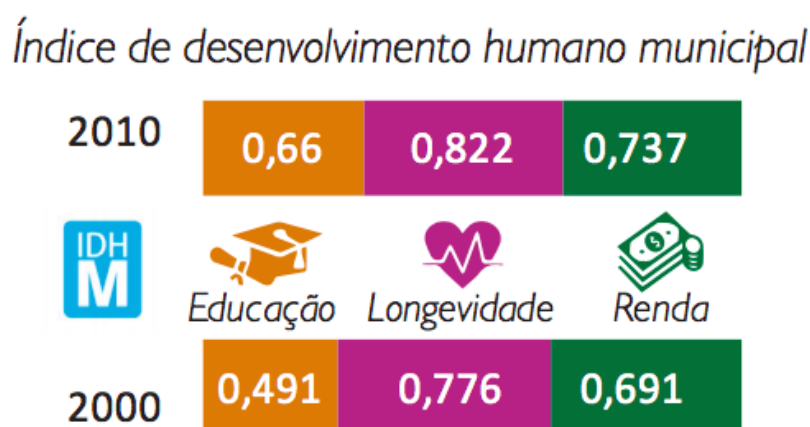
“Em 2017, o volume importado pela cidade representou 49,8% do total no Estado” (IMB, 2018). Dessa forma, a ascensão social, profissional e econômica dos trabalhadores locais se torna uma responsabilidade conjunta e coligada, entre as empresas, o governo e do próprio indivíduo, que podem, juntos, construir planos de ação voltados para a melhoria e crescimento do PIB regional ou nacional.

Diante do exposto, deve-se considerar a potencialização de uma região por meio de polos ou *clusters*, os quais deverão ser trabalhados com vistas ao desenvolvimento. Deve-se considerar também o desenvolvimento de regiões menos favorecidas, por meio de políticas de transmissões desenvolvimentistas. Objetiva-se, com isso, promover o desenvolvimento regional e expandi-lo até as localidades próximas, aumentando cada vez mais o espaço desenvolvido e a geração de empregos para a sociedade local.

## 7 RELAÇÃO ENTRE IDHM E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL EM ANÁPOLIS

No que tange ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), Anápolis está entre os 10% dos municípios goianos e entre os 15% municípios brasileiros com o melhor IDHM. Emprego, economia e infraestrutura são as dimensões que mais contribuem para esse índice (IMB, 2016). A Figura 4 apresenta a evolução gráfica do IDHM no município de Anápolis em um período de 10 anos.

Figura 4 – Índice de desenvolvimento humano municipal



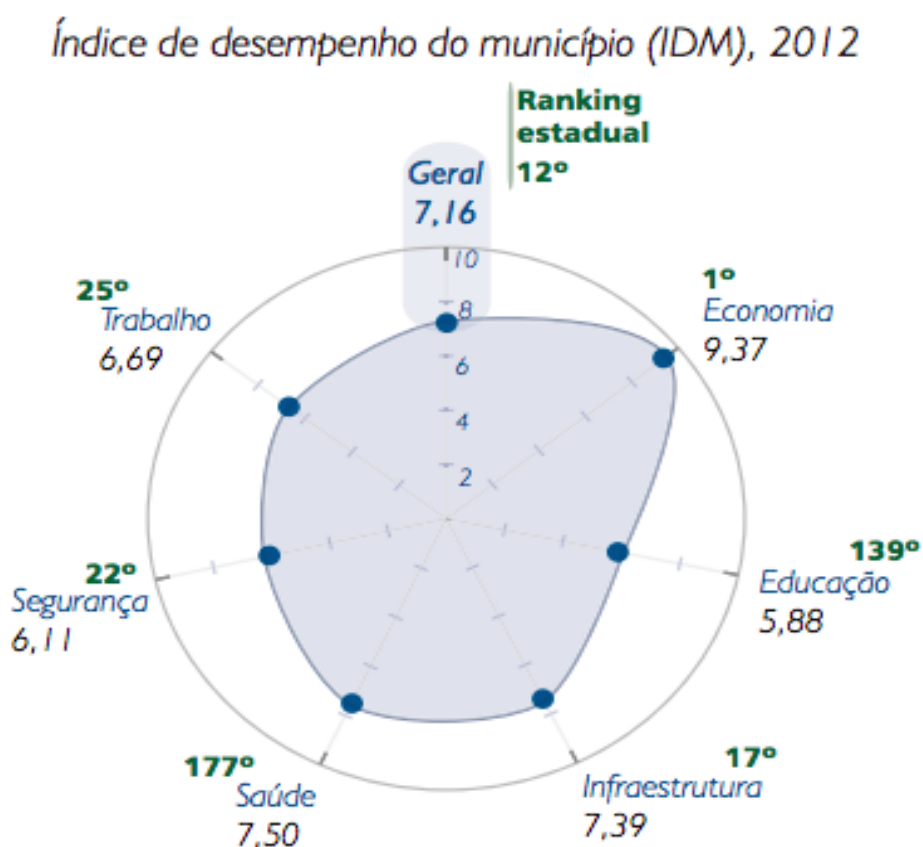
Fonte: IMB (2016).

Além do IDHM, outro indicador importante, que é reflexo do desenvolvimento do município, ocasionado principalmente pela forte presença do setor industrial na região, é o Índice de Desempenho do Município (IDM), sendo esse um indicador que avalia o desempenho socioeconômico dos municípios goianos. Esse indicador foi desenvolvido pelo Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (2016) e tem por objetivo subsidiar a administração pública municipal e a sociedade

com uma ferramenta capaz de realizar um diagnóstico amplo dos municípios goianos, além de efetuar análises comparativas entre eles.

Rodrigues Jr. et al. (2016) esclarecem que o IDM é formado por seis dimensões, quais sejam: Economia, Trabalho, Educação, Segurança Pública, Infraestrutura e Saúde. Todas essas dimensões contribuem igualmente para a composição do resultado, visto que cada uma tem o mesmo peso no cálculo final. Essa medida possui valores de 0 e 10. Assim, quanto mais próximo de zero, pior é o desempenho do município nas seis áreas contempladas, e quanto mais próximo de 10, melhor o desempenho (Figura 5).

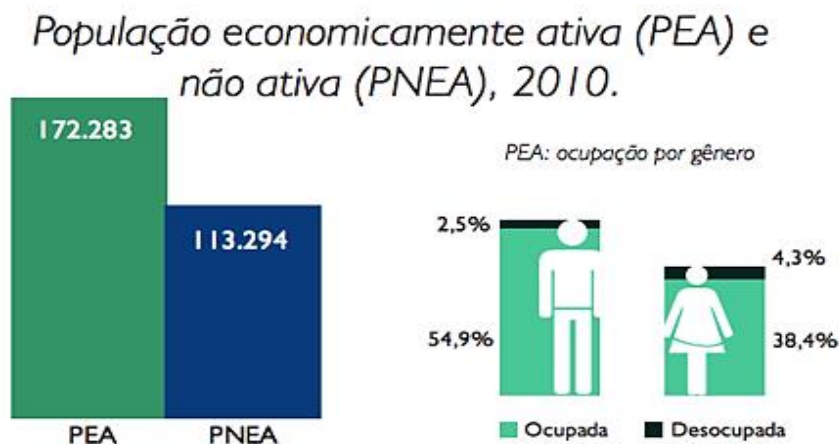
Figura 5 – Índice de desempenho do município



Fonte: IMB (2016).

A Figura 6 apresenta dados da população economicamente ativa de Anápolis. A soma da população economicamente ativa, ocupada ou desocupada, e a população economicamente não ativa compõem a População em Idade Ativa (PIA), uma classificação etária que observa todas as pessoas aptas – teoricamente – a exercerem atividades econômicas.

Figura 6 – População economicamente ativa e não ativa (2010)



*Obs: A soma da PEA (ocupada e desocupada) e PNEA é igual a PIA.*

Fonte: IMB (2016).

De acordo com os dados apresentados, a maior parte da população em Anápolis encontra-se ocupada; ou seja, empregada de forma direta ou indireta. Portanto, ao analisar a série de dados socioeconômicos apresentados, percebe-se a importância do DAIA, que promove empregos e desenvolvimento na região.

## 8 CONCLUSÃO

O município de Anápolis ocupa uma posição de destaque na economia regional do Centro-Oeste brasileiro, sustentado por um dos mais importantes polos industriais do país, o DAIA. A criação desse polo contou com diversos fatores, destacando, dentre esses, o político. O interesse de classes sociais influentes, representadas por empresários do ramo industrial e Governos (Federal, Estadual e Municipal), e a promoção de políticas públicas bem definidas contribuíram para o sucesso da implementação do DAIA.

Nota-se, portanto, que estratégias de Governo e políticas públicas impactaram diretamente a formação do polo. Os incentivos de créditos fiscais, os programas de apoio ao crédito financeiro, a implementação do FCO, para viabilizar projetos industriais, os recursos de créditos a juros baixos, como do BNDES, os incentivos da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, o programa de incentivos fiscais (Fomentar) e os investimentos públicos em infraestruturas despertaram o interesse de investidores e empresários, que se instalaram na região de Anápolis.

Outro aspecto que influenciou sobremaneira o desenvolvimento do polo foi o geográfico. O fato de Anápolis se situar em uma região favorecida logisticamente, no centro do país e ao lado do Distrito Federal, viabilizou, em termos geopolíticos, a concretização do projeto do DAIA.

Com o sucesso do polo, o município passou a figurar entre os mais importantes do Centro-Oeste brasileiro em termos econômicos e sociais. O resultado desse sucesso pode ser constatado na medida em que se observa que Anápolis é, atualmente, uma das cidades que mais gera empregos no país; consequência, principalmente, da atuação do setor industrial na região. Esse fato contribui para o desenvolvimento e a otimização dos indicadores socioeconômicos.

Como pontuado, o DAIA influencia diretamente o número de empregos gerados, com relevância socioeconômica, satisfazendo as perspectivas governamentais, políticas e sociais. Diante disso, pode-se afirmar que o desenvolvimento regional deve ser visto da perspectiva em que uma potencial vantagem comparativa e competitiva contribui para o processo produtivo.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. R. M.; MORAIS, K. R. S. Precarização do Trabalho e o Processo de Derrocada do Trabalhador. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 20, n. 1, p. 1-13, 2017.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES. **Guia de Práticas de Transparência do Sistema BNDES**. 2017. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos/responsabilidade-social-e-ambiental/o-que-nos-orienta/politicas/politica-transparencia/guia-transparencia>>. Acesso em: 01 dez. 2018.

BARBOSA, L. Industrialização Coloca Anápolis Entre as Cidades Entre Mais Competitivas do Brasil, Diz Especialista. **Jornal Opção**, 2019. Disponível em: <<https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/industrializacao-coloca-anapolis-entre-as-cidades-entre-mais-competitivas-do-brasil-diz-especialista-189410/>>. Acesso em: 5 jan.2020.

BOBBIO, N. **O Futuro da Democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

CARLEIAL, L. M. da F. Estado, Políticas Públicas e Perspectivas de Desenvolvimento Brasileiro. **R. Pol. Públ.**, São Luís, número especial, p. 29-40, out. 2012. Disponível em: <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/1204/3289>>. Acesso em: 29 nov. 2018.



CASTRO, J. D. B. **Anápolis: desenvolvimento industrial e meio ambiente**. Anápolis (GO): Associação Educativa Evangélica, 2004.

CHRISTALLER, W. **Central Places in Southern Germany**. Traduzido por C. W. Baskin. PrenticeHall, 1966.

CLEMENTE, A.; HIGACHI, H. Y. **Economia e Desenvolvimento Regional**. São Paulo: Atlas, 2000.

FALLUH, S. Sultan Falluh: política e economia, uma união necessária!: In: SANTOS, K. R. dos. **As relações entre o sítio natural e a urbanização na produção dos riscos ambientais: as inundações na cidade de Anápolis (GO)**. 2017. 341 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2017.

FIANI, R. **Cooperação e Conflito: instituições e desenvolvimento econômico**. 2011. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2011.

FONTANA, Y. O.; MESQUITA NETO, R. A evolução da área de recursos humanos no Brasil. Publicação científica do curso de Psicologia da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral. **Revista Científica Eletrônica de Psicologia**, v. 30, n. 1, p. 94-115, 2018.

GOIÁS. Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Inovação. **Goiás terá mais recursos do FCO**. 2018. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.go.gov.br/noticias/2636-goi%C3%A1s-ter%C3%A1-mais-recursos-do-fco.html>>. Acesso em: 28 nov.2018.

GONÇALVES, M. F. et al. Efeitos Diferenciados do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) no Crescimento Econômico dos Municípios Nordestinos. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA DA ANPEC, 41., 2014, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2014.

GREMAUD, A. P. **Economia Brasileira**. São Paulo: Atlas, 2010.

HIRSCHMAN, A. O. **Estratégia do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1958.

INSTITUTO MAURO BORGES (IMB). **Painéis IMB – Anápolis**, 2016. Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/paineis-municipais/anapolis-201612.pdf>>. Acesso em: 30 nov.2018.

\_\_\_\_\_. **Foram criados em Goiás 8.791 vagas com carteira assinada em abril de 2018**, 2018. Disponível em: <[http://www.imb.go.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=825:foram-criados-em-goias-8.791-vagas-com-carteira-assinada-em-abril-de-2018&catid=109&highlight=WyJhbXlx1MDBIMXBvbGlzIl0=&Itemid=185](http://www.imb.go.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=825:foram-criados-em-goias-8.791-vagas-com-carteira-assinada-em-abril-de-2018&catid=109&highlight=WyJhbXlx1MDBIMXBvbGlzIl0=&Itemid=185)>. Acesso em: 30 nov. 2018.

LAY, M. C. D.; REIS, A. T. L. Métodos e técnicas para levantamento de campo e análise de dados: questões gerais. In: WORKSHOP AVALIAÇÃO PÓS-OCUPAÇÃO, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Antac; Nutau, 1994.

LAZZARESCHI, N. Globalização da economia e reestruturação produtiva: as repercussões sociais das novas configurações do trabalho. **Ciências Sociais**, Unisinos, v. 54, n. 1, p. 93-105, jan./abr. 2018.

LONGHI, J.; BORGES, G. R.; SILVA, F. M.; PETRY, J. F. Os benefícios da multifuncionalidade. **ReCaPe Revista de Carreiras e Pessoas**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 1-16, jan./fev./mar./abr. 2015

LÖSCH, A. **The Economics of Location**. New Haven: Yale University Press, 1954.

MENESES, M. R. **As múltiplas dimensões do processo de consolidação de Anápolis como Centro Regional**. 2009. 87 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

MORA, M. **A evolução do crédito no Brasil entre 2003 e 2010**. 2015. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3537/1/td2022.pdf>>. Acesso em: 27 nov.2018.

MYRDAL, G. **Economic Theory and Under-Developed Regions**. Londres: University Paperbacks, 1957.

PAELINCK, J. A teoria do desenvolvimento regional polarizado. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). **Economia regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977.

PERROUX, F. O conceito de polo de crescimento. In: FAISSOL, E. (Org.). **Urbanização e Regionalização**. Secretaria de Planejamento da Presidência da República, 1978.

POLITIZE. **Políticas Públicas: o que são e para que existem**, 2016. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/politicas-publicas/>>. Acesso em: 29 nov.2018.

PREFEITURA DE ANÁPOLIS. **Economia**, 2011. Disponível em: <<http://www.anapolis.go.gov.br/portal/anapolis/economia/>>. Acesso em: 29 nov.2018.

PREFEITURA DE ANÁPOLIS. Anápolis Gera Mais Empregos do Que Goiânia, Diz Caged. **Jornal Estado de Goiás**, 2019. Disponível em: <<https://www.jornalestadodegoias.com.br/2019/07/01/anapolis-gera-mais-empregos-do-que-goiania-diz-caged/>>. Acesso em: 10 jan.2020.

RODRIGUES JR., J. Q. et al. **Índice de Desempenho dos Municípios Goianos – IDM**. 2016. Disponível em: <<http://wwwold.imb.go.gov.br/pub/idm/idm2016.pdf>>. Acesso em: 1 dez.2018.

ROMERO, M.; ORNSTEIN, S. (Coord.). **Avaliação Pós-Ocupação**: métodos e técnicas aplicados à habitação social. Porto Alegre: Antac, 2003.

SAES, F. A. M. de; SAES, A. M. **História Econômica Geral**. São Paulo: Saraiva, 2013.

SANTOS, K. R. dos. **As Relações Entre o Sítio Natural e a Urbanização na Produção dos Riscos Ambientais**: as inundações na cidade de Anápolis (GO). 2017. 341 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2017.

SILVA, W. C. Goiás é Quinto Lugar na Geração de Empregos. **Diário da Manhã**, 2019. Disponível em: <<https://www.dm.jor.br/economia/2019/11/goias-e-quinto-lugar-na-geracao-de-empregos/>>. Acesso em: 5 jan.2020.

VENTURA, P. Política de Capacitação Alavanca Geração de Empregos em Anápolis. 2019. **Jornal Opção**. Disponível em: <<https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/politica-de-capacitacao-alavanca-geracao-de-empregos-em-anapolis-196721/>>. Acesso em: 5 jan.2020.